

*Causas da migração rural-urbana na
região da Grande Florianópolis*

Relatório de pesquisa

Síntese regional

Walter A. Casagrande



Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina S.A. - Epagri

Centro de Estudos de Safras e Mercados - Cepa

Florianópolis - set/2006

ESTADO DE SANTACATARINA

GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Luis Henrique da Silveira

VICE-GOVERNADOR

Eduardo Pinho Moreira

SECRETÁRIO DE ESTADO DA AGRICULTURA E

DESENVOLVIMENTO RURAL

Alfredo Felipe da Luz Sobrinho

DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA AGRICULTURA E

DESENVOLVIMENTO RURAL

Renato Broetto

PRESIDENTE DA EPAGRI

Athos de Almeida Lopes

CHEFE DO EPAGRI/CEPA

Airton Spies

COORDENAÇÃO GERAL

Renato Broetto

Ademar Paulo Simon

ELABORAÇÃO

Gilberto de Oliveira – Estatístico

Janice W. Reiter – Economista

Paulo R. Gomes Silva – Suporte

Técnico

Walter A. Casagrande – Eng. Agr.

(Coordenador)

REVISÃO TÉCNICA

Luiz Carlos Mior – Epagri/Cepa

Vitório Manoel Varaschin -Epagri/Cepa

APOIO

Zélia Alves Silvestrini - Editoração

Sidaura Lessa Graciosa - Editoração

PARTICIPAÇÃO

Enfermeiras e Agentes do Sistema de Saúde dos municípios de Biguaçu, Florianópolis,

Palhoça e São José

Ilmar Bochar - Epagri/Cepa

Rogério Miranda – Sec. Municipal de Habitação de Florianópolis.

Silvia Eloisa Grando – Sec. Municipal de Saúde de Florianópolis

Maria Perpétua Rogério Locks – Sec. Municipal

de Saúde de Florianópolis

Michelle de Amorim – Digitação

Carlos Eduardo Franken - Digitação

Primeira edição: outubro/2006

Tiragem: 600 exemplares

CASAGRANDE, W. A. Causas da migração rural urbana na região da Grande Florianópolis; relatório de pesquisa - Síntese regional. florianópolis: Epagri - Cepa, 2006. 53p.

Migração urbana; Migração rural

ISBN

Rodovia Admar Gonzaga, 1486 - Itacorubi - 88034-001 - Florianópolis - SC

Tel. (48) 3239.3900 - Fax. (48) 3334.2311

Apresentação

O êxodo rural é um fenômeno social que, de uma maneira geral, fez parte da história de quase todos os países tidos hoje como desenvolvidos. Naqueles em desenvolvimento, este processo de exclusão social continua presente, desafiando a criatividade e a dedicação de governantes, lideranças e técnicos na busca de soluções para o problema.

O estado de Santa Catarina, a exemplo dos demais estados brasileiros, sofreu durante décadas, e ainda sofre, as conseqüências deste fenômeno, seja pelo contínuo esvaziamento de seu espaço rural, seja pelo inchaço da periferia de seus centros urbanos.

Sensibilizado com a gravidade do problema, o excelentíssimo senhor Governador do Estado, Luiz Henrique da Silveira, delegou à Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural, através da Epagri/Cepa, sob a coordenação geral de Renato Broetto e Ademar Paulo Simon, a tarefa de desenvolver uma pesquisa, tendo por foco as famílias de migrantes rurais localizadas nos municípios da Grande Florianópolis. O objetivo foi conhecer o perfil do migrante antes de abandonar a atividade rural, as causas que o levaram a sair do campo e sua atual situação socioeconômica.

Cumprimos, dessa forma, com satisfação, a tarefa de apresentar este relatório, com uma síntese das informações referentes às populações pesquisadas nos quatro municípios da região (Biguaçu, Florianópolis, Palhoça e São José).

É importante destacar que o estudo permitiu cadastrar aproximadamente 33 mil famílias carentes, 25% das quais (8.605) constituídas de migrantes rurais que nos últimos 50 anos abandonaram o campo. Este segmento passou a constituir a base para a definição do público-alvo: 1.645 famílias que participaram da última etapa da pesquisa.

Uma série de conclusões resultou do estudo, tanto no que se refere à situação anterior do migrante - quando ainda vivia no meio rural -, quanto à sua atual situação socioeconômica nos centros urbanos pesquisados.

Temos convicção, em ambos os casos, que o material resultante do trabalho de pesquisa poderá complementar estudos semelhantes desenvolvidos anteriormente, passando a servir de subsídio para o estabelecimento de políticas públicas, que, de um lado, virão em benefício das populações rurais ainda em fase de exclusão e, de outro, das populações carentes localizadas na região da Grande Florianópolis.

É importante destacar, ainda, que a realização do presente estudo só foi possível graças à participação das Secretarias Municipais de Saúde dos quatro municípios estudados, cabendo ênfase especial ao trabalho de campo desenvolvido pelos agentes e enfermeiras que integram o Sistema de Saúde destes municípios.

Athos de Almeida Lopes
Presidente da Epagri

Sumário

Resumo	7
1 Introdução	10
2 Justificativa	13
3 Objetivos	15
3.1 Objetivo geral	15
3.2. Objetivos específicos	15
4 Área de abrangência	15
5 Procedimentos metodológicos	16
5.1 Contextualização	16
5.2 Plano de amostragem	18
5.2.1 Âmbito e público-alvo	18
5.2.2 Bases de dados	18
5.2.3 Universo da pesquisa	19
6 Resultados da pesquisa para a região	21
6.1 Dados gerais dos municípios pesquisados	21
6.2 Situação familiar anterior	25
6.2.1 Local de origem dos migrantes	25
6.2.2 Situação quanto à forma de atuação e posse da terra	27
6.2.3 Causas que levaram a abandonar a atividade	29
6.3 Situação familiar atual	31
6.3.1 Situação das famílias com relação à renda	31
6.3.2 Situação das famílias em relação à idade do chefe da família	36
6.3.3 Situação das famílias quanto à moradia	37
6.3.4 Situação das famílias com relação à educação dos filhos	38

6.3.5 Situação do chefe da família com relação ao tipo de ocupação	39
6.3.6 Interesse em retornar à atividade rural.	41
6.4 Conclusões gerais	45
6.4.1 Conclusões - Situação anterior	45
6.4.2 Conclusões - Situação atual (dos migrantes)	46
6.5 Recomendações gerais	48
6.5.1 Para os agricultores em processo de exclusão	48
6.5.2 Para as comunidades carentes pesquisadas	49
Lista de figuras	51
Lista de tabelas	51
Literatura consultada	53

Resumo

A presente pesquisa sobre migração rural, solicitada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, foi realizada junto às áreas carentes dos municípios de Biguaçu, Florianópolis, Palhoça e São José, tendo como público-alvo as *famílias de ex-agricultores que nos últimos dez anos saíram do meio rural e migraram para a região da Grande Florianópolis*.

Tem como objetivos principais: conhecer o perfil do migrante antes de abandonar a atividade rural, as causas que levaram à sua saída do campo e a situação socioeconômica em que vivem atualmente estes segmentos sociais, além de avaliar o grau de interesse das famílias pesquisadas em retornar ao meio rural.

Orientado por uma filosofia de pesquisa aplicada, o estudo foi definido para implementação através de amostragem probabilística, tendo como unidade de pesquisa as famílias de ex-agricultores enquadradas no conceito acima.

O levantamento foi desenvolvido em duas etapas, de forma independente em cada um dos municípios da região, contando com a participação de 250 agentes de saúde pertencentes ao Sistema Municipal de Saúde dos quatro municípios pesquisados.

Na primeira etapa, foram cadastradas aproximadamente 33 mil famílias carentes na região, 25% das quais (8.605) constituídas de migrantes rurais que nos últimos 50 anos abandonaram o campo.

Na segunda etapa, foi desenvolvida a pesquisa propriamente dita, envolvendo cerca de 1.650 unidades familiares, selecionadas a partir do cadastro anterior, e que passaram a representar o público-alvo a ser pesquisado. Considerando que o número de famílias enquadrado neste conceito era relativamente pequeno, optou-se por aplicar a pesquisa em todas as unidades familiares (censo).

Como resultado final, o trabalho apresenta uma série de conclusões e recomendações que procuraram caracterizar a situação do migrante nos dois momentos de sua vida (anterior, quando ele vivia e trabalhava no campo, e atual, junto às áreas pesquisadas), de um lado, e de outro propor medidas que venham em benefício das populações migrantes, bem como daquelas em fase de exclusão no meio rural do estado.

Principais conclusões da pesquisa

- Apenas 26% das 33.000 famílias cadastradas nas comunidades carentes da região são originárias do meio rural. As demais são do próprio município ou são famílias que migraram de outras áreas urbanas.
- O fluxo migratório do meio rural para a região da Grande Florianópolis, a partir da década de noventa, vem apresentado nítida tendência de decréscimo.
- As regiões do Planalto de Lages e Oeste Catarinense foram as que mais contribuíram no processo de migração rural-urbana para a região pesquisada.
- Com certa frequência, os municípios caracterizados como pólos regionais vêm sendo utilizados pelos migrantes rurais como primeira opção antes de se fixarem na Grande Florianópolis.
- Mais da metade dos ex-agricultores pesquisados na região responsabiliza os aspectos *renda (baixa e instável)* e *falta de terra própria* pelo processo de migração rural-urbana no estado. Entre os fatores de natureza social, os mais lembrados foram: “*trabalho agrícola muito pesado*” e “*falta de atendimento à saúde*”.

- Cerca de 50% dos chefes de família do público-alvo pesquisado possuem idade entre 21 e 40 anos, indicando haver, nas comunidades carentes da região, um capital humano relativamente jovem que deve ser considerado ao se estabelecer políticas públicas em benefício destes segmentos sociais.
- Ao redor de 82% das famílias pesquisadas indicaram morar em casa própria e cerca de 85% delas declararam que os filhos entre 6 e 14 anos freqüentam regularmente a escola. Estes dados merecem destaque, tendo em vista tratar-se de comunidades carentes.
- O nível de desemprego no âmbito das comunidades pesquisadas (sem opção, inclusive, para trabalhos eventuais) apresenta-se consideravelmente baixo, não indo além de 3,2%, em média, na região.
- Contrariando quaisquer expectativas iniciais, chega a 42%, em média, o percentual de famílias de ex-agricultores da região que declararam ter pelo menos um de seus membros com interesse em retornar para o meio rural.

1. Introdução

De acordo com os censos demográficos realizados pelo IBGE em 1970, 1980, 1991 e 2000, a população rural de Santa Catarina vem decrescendo, nos últimos trinta anos, em termos relativos e até em absolutos, de acordo com a tabela 1.

Tabela 1. Distribuição da população residente - Santa Catarina
– 1970-2000

Anos	População			Part. rural total(%)
	Rural	Urbana	Total	
1970	1.654.502	1.247.158	2.901.660	57,0
1980	1.474.042	2.154.250	3.628.292	40,6
1991	1.333.457	3.208.537	4.541.994	29,4
2000	1.138.429	4.217.931	5.356.360	21,3

Fonte: IBGE – Censos Demográficos, 1970, 1980, 1991, 2001.

Como se observa, a população rural em 1970 representava mais da metade do total de habitantes do estado. Em 2000, esta participação caiu para aproximadamente um quinto da população total. O esvaziamento populacional do espaço rural não é um fenômeno exclusivo do Brasil ou do estado catarinense. De uma ou de outra maneira, está ou esteve presente em praticamente todos os países. Da mesma forma, com maior ou menor intensidade, seus efeitos sobre as comunidades rurais atingem todos os estados brasileiros.

O fluxo migratório rural-urbano teve seu ápice na década de 80. Ou seja, enquanto no período entre 1981 e 1992 a população brasileira crescia a taxas de 1,8% ao ano, a população do meio rural regredia 0,7% ao ano. A partir daí, houve uma tendência de declínio nas taxas de saída do campo, principalmente na década de 90. Com efeito, entre 1992 e 1999 houve uma inversão de tendência, praticamente estabilizando a queda da população rural, notadamente em algumas regiões do País (Graziano, 2001). Estudos recentes indicam que o êxodo rural praticamente completou o seu ciclo nas Regiões Sul e Sudeste. Segundo Abramovay e Camarano (1997:1), “a *desruralização conti-*

nua marcando a organização do território brasileiro na virada do século. Mas há diferenças regionais importantes neste sentido: se o movimento massivo e generalizado do êxodo ainda marca o Nordeste, as Regiões Sudeste e Sul conhecem agora a emigração em escala bem mais reduzida que em períodos anteriores de sua história”.

Uma série de fatores tem contribuído para a migração rural. Aqueles relacionados às alterações socioeconômicas parecem ser, no entanto, os que mais influenciaram o processo de esvaziamento do campo. Mesmo assim, segundo Abramovay e Camarano (1997:1), *“examinar os processos migratórios sob a ótica das transformações socioeconômicas que os determinam é importante, mas insuficiente. A migração é um recurso que se encontra à disposição dos indivíduos: ela não pode ser encarada como simples e passivo resultado de fatores objetivos que a determinam de maneira inelutável, mas também como produto de uma decisão”.*

Não há como negar, contudo, que a decisão do agricultor de migrar, deixando o seu meio e aventurando-se – a maioria das vezes com a família - para o desconhecido, tem quase sempre por trás alguma forma de condicionante econômica, como, por exemplo, renda insuficiente. A saída da condição de agricultor, neste caso, é o resultado de um processo cujo desfecho acaba, quase sempre, na sua *expulsão* do meio rural.

Na falta das condições mínimas para sobrevivência, o migrante em potencial acaba cedendo à *atração* exercida pela cidade como alternativa de vida. Com suas “facilidades” - grandemente disseminadas pelos meios de comunicação - os centros urbanos exercem importante papel no processo de migração rural. A atração pelo emprego fácil, pela escola para os filhos, pela assistência à saúde, etc., pesa decisivamente na hora da saída, como bem enfatiza Eliseu Alves (2000:3) em sua entrevista sobre “O Esvaziamento dos Campos”: *Os meios de comunicação, embora muito críticos sobre a violência e o desemprego, acabam magnificando as virtudes das luzes das cidades, além de prover informações valiosas sobre as oportunidades de trabalho urbano e das possibilidades de ascensão social”.* Em resumo, a falta de perspectivas no campo, conjugada à força de atração da cidade, explicaria, em grande parte, a migração rural-urbana.

Com respeito à importância histórica do fator econômico na migração, vale lembrar que o esvaziamento do campo passou a ter alguma expressão a partir do processo de “modernização da agricultura”, ocorrido, com maior intensidade, nas décadas de 60 e 70 do século passado. Como resultado, o setor agropecuário do País foi alvo de grandes transformações. Na chamada “revolução verde”, a agricultura brasileira passou a incorporar de forma mais intensiva os chamados “insumos modernos” (adubos, fertilizantes, pesticidas, herbicidas, sementes, etc.), além de intensificar a mecanização do processo produtivo. O aumento de produtividade e da produção agrícola passou a ser, naquele contexto, a palavra de ordem, objetivo efetivamente alcançado em várias regiões do País.

Questiona-se, no entanto, esta forma de desenvolvimento adotada para o setor. Se, de um lado, o aumento da produtividade contribuiu para elevar a renda média da agricultura, por outro, foi responsável pelo aumento de concentração da renda gerada, agravando as desigualdades sociais. Como decorrência, o êxodo rural - que até então era inexpressivo – passou a ocupar espaços cada vez mais preocupantes nas estatísticas sociais.

Deve-se considerar ainda que o êxodo rural, associado aos efeitos provocados pela adoção de novos processos tecnológicos, foi também grandemente incrementado pela política de liberalização da economia e pela abertura de mercado, adotada pelo governo brasileiro a partir de 1985. Esta nova medida trouxe, como conseqüência, um declínio constante nos preços agrícolas. A conjunção destes e de vários outros aspectos contribuiu para que cada vez mais agricultores perdessem condições de competitividade no mercado. Por isso, uma significativa parcela dos estabelecimentos agrícolas começou a sentir os efeitos da descapitalização em seus empreendimentos. O processo de exclusão social dos agricultores familiares se intensificou com a perda de renda na pequena propriedade. Conclui-se, daí, que o crescimento do êxodo rural foi, em grande parte, determinado pelas dificuldades de viabilizar economicamente os pequenos empreendimentos rurais. Em sua entrevista ao Globo Rural sobre o *Esvaziamento dos Campos*, o pesquisador da Embrapa, Eliseu Alves (2000:3), fez as seguintes considerações a propósito do assunto:...” *Como a difusão dessas tecnologias tem escala mundial, elas têm sido capazes de fazer a oferta agrícola crescer a taxas mais elevadas que a demanda,*

resultando na queda dos preços dos produtos. Com a queda dos preços dos produtos relativamente aos insumos, a remuneração do agricultor decresce e um ponto chega em que ele e sua família preferem fechar o estabelecimento e mudar para a cidade”.

Com relação ao perfil da população migrante, é importante observar o nítido predomínio feminino, bem como de jovens, que se observa nos processos migratórios do País. Ricardo Abramovay e Ana Amélia Camarano (1998:2), através do estudo *Êxodo Rural, Envelhecimento e Masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos 50 Anos*, tecem as seguintes considerações a este respeito: “*A terceira novidade associada ao estudo dos movimentos migratórios rurais está no envelhecimento e na masculinização da população que vive no campo. São cada vez mais jovens os que vêm deixando o meio rural e, entre estes, é preponderante a participação das mulheres*”. A título de conclusão, o estudo citado destaca: “*O predomínio jovem e feminino no êxodo rural não pode ser visto simplesmente como uma “lei objetiva” do processo migratório: é fundamental que se examinem as razões que fazem do meio rural um lugar ainda menos propício para as moças do que para os rapazes. Isto supõe não só um estudo mais desagregado das informações aqui apresentadas e seu cruzamento com dados do Censo Agropecuário, mas também pesquisas localizadas e quantitativas*” (Abramovay e Camarano, 1998).

A partir destas breves considerações, conclui-se, a título de introdução, que o fenômeno da migração rural-urbana no País é objeto freqüente de estudos, visando identificar, entre outros aspectos, as suas causas, o ritmo em que se processa, o perfil dos segmentos sociais mais atingidos. Neste contexto, a presente pesquisa visa a contribuir para a ampliação do conhecimento sobre o êxodo rural, tendo como foco de observação, neste caso, as famílias de agricultores que deixaram o meio rural nos últimos dez anos.

2 Justificativa

Como já se fêz menção, a evasão da população rural para os centros urbanos, principalmente para as cidades localizadas nas áreas litorâneas do estado, é cada vez mais intensa, notadamente na última década. De acordo com o último censo (IBGE, 2000), os municípios

com características nitidamente rurais foram os que apresentaram maior percentual de evasão populacional.

Vale destacar que, em parte considerável deles, a diminuição da população se deu também em termos absolutos, resultando em decréscimo da população total (rural e urbana).

Constata-se, de outra parte, que cidades como Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu, além de outras localizadas próximo ao litoral, vêm recebendo o fluxo dos migrantes que abandonam o campo de forma desordenada sem estarem preparadas para isto.

As conseqüências socioeconômicas daí decorrentes são conhecidas e inquestionáveis, como a favelização dos centros urbanos, sem esquecer o esvaziamento do meio rural.

O problema criado por este fenômeno, tanto em sua dimensão rural quanto urbana, desafia governantes, técnicos e lideranças em praticamente todos os estados brasileiros. Na busca de alternativas, Santa Catarina decidiu começar por conhecer melhor as duas faces do problema.

A propósito, observa-se que no País, de uma maneira geral, existe um razoável acervo de conhecimentos sobre a evolução e a tendência dos fluxos migratórios, bem como sobre as causas que determinam a saída do meio rural. São inúmeros os estudos desenvolvidos com este propósito.

Já quando o foco é o migrante que saiu do campo e que ocupa atualmente a periferia de centros urbanos, são poucos os trabalhos que, do ponto de vista destas populações, se propõem a analisar as causas que determinaram a saída do espaço rural, como vivem atualmente estes segmentos sociais e qual o grau de interesse demonstrado por estas comunidades frente a medidas que eventualmente viabilizem o retorno ao espaço rural.

Reside aí, na essência, a principal finalidade do presente estudo, ou seja, o de buscar dados e informações junto às comunidades carentes de quatro municípios da Grande Florianópolis com os quais se possa responder a estas questões, em apoio seja à implementação de políticas públicas voltadas ao problema das populações rurais em

processo de exclusão, seja para aquelas atualmente marginalizadas nas periferias dos centros urbanos.

3 Objetivos

3.1 Objetivo geral

Levantar informações que permitam ao governo do estado e aos municípios pesquisados estabelecer políticas públicas voltadas tanto aos produtores rurais em processo de exclusão quanto às populações carentes da Grande Florianópolis.

3.2 Objetivos específicos

Identificar o perfil do ex-agricultor, as causas que determinaram sua saída do campo e o eventual interesse em retornar ao meio rural.

Identificar as condições em que vivem atualmente as populações migrantes localizadas na periferia dos centros urbanos da Grande Florianópolis.

4 Área de abrangência

A área de abrangência da pesquisa é a Região da Grande Florianópolis. Deve-se considerar, no entanto, que, especificamente para o presente estudo, a região é representada pelas áreas dos municípios de Biguaçu, Florianópolis, Palhoça e São José. É importante destacar, a propósito, que o estudo teve como unidade básica de pesquisa o município e não a região. Ou seja, tendo em vista condicionantes técnico-operacionais, bem como a necessidade de se conhecer separadamente cada uma das unidades e a possibilidade de comparação entre elas, a pesquisa foi desenvolvida por município, dentro de uma mesma metodologia. Neste contexto, o município de Palhoça foi escolhido como pioneiro, atuando, para a pesquisa, como município-piloto.

5. Procedimentos metodológicos

5.1 Contextualização

O projeto se orienta por uma filosofia de pesquisa aplicada, envolvendo levantamento, tratamento e análise de dados relativos aos seus objetivos, de modo a poder viabilizá-los.

Estabeleceu-se inicialmente como público-alvo da pesquisa **“as famílias originárias do meio rural de Santa Catarina, residentes em comunidades de baixa renda¹ nos municípios de Biguaçu, Florianópolis, Palhoça e São José e das quais, em alguma época, um ou mais de seus integrantes tenham sido agricultores”**. Sobre este segmento, portanto, é que deveriam ser feitas as inferências após a coleta e o processamento das informações.

Posteriormente, no entanto, após testes a campo, concluiu-se que a variável **“tempo de saída do meio rural”** deveria compor também o conceito de público-alvo, visando assegurar a qualidade da pesquisa. Dessa forma, depois de alguns ajustes, convencionou-se que o público-alvo a ser pesquisado seria representado pelas **“famílias de ex-agricultores que nos últimos dez anos saíram do meio rural e migraram para áreas carenes dos municípios de Biguaçu, Florianópolis, Palhoça e São José, na região da Grande Florianópolis”**.

Considerando a ordem de grandeza do público-alvo, o tempo disponível para a realização do trabalho e os recursos financeiros disponíveis, o levantamento foi definido para ser implementado por amostragem probabilística². Face à impossibilidade de se obter informações de cada uma das famílias daquele público e à necessidade de se conhecer a realidade de todo o conjunto, esta técnica foi considerada o procedimento mais apropriado.

¹ Consideraram-se como comunidades de baixa renda aquelas cujas famílias recebem, em média, menos de dois salários mínimos/mês.

² Procedimento que delimita um subconjunto dos componentes de uma população, selecionados de forma aleatória, a partir de um plano amostral pré-estabelecido, no qual qualquer deles tem probabilidade não nula de ser sorteado, dentro de uma margem de erro pré-estabelecida

Com vistas a uma melhor compreensão de determinados termos empregados na descrição do presente relatório, apresentamos alguns dos conceitos básicos aqui adotados.

Chefe da família – Pessoa que, em primeira instância, assume o papel de administrador e/ou responsável pelo controle dos custos, pelo gerenciamento dos gastos e pelos aspectos legais e formais da unidade familiar.

Domicílio ou residência – Imóvel, univocamente identificado, no qual residem uma ou mais unidades familiares, e que tem um endereço específico.

Família ou unidade familiar – Conjunto de indivíduos, de laços consangüíneos ou não, que residem em um mesmo domicílio particular permanente e que mantêm, entre si, a prática do custeio em comum de parte ou de todo o custo de manutenção da residência e de suas respectivas necessidades enquanto moradores (luz, água, gás, impostos, taxas, alimentação, despesas de manutenção em geral, etc.), geralmente sob a direção de um membro responsável (chefe da família).

População – Conjunto de unidades (no presente caso, famílias) que engloba todos os elementos potencialmente passíveis de participar do estudo. Teoricamente, pode ser maior que o público-alvo ou igual a ele (nesta pesquisa é, certamente, maior).

Público-alvo – Conjunto dos elementos de uma população cujas unidades componentes correspondem àqueles a cujo respeito se deseja obter informações. No presente projeto, público-alvo corresponde ao conceito explicitado em negrito no terceiro parágrafo do item 5.1.

Região de pesquisa – Região composta pelos municípios de Biguaçu, Florianópolis, Palhoça e São José. Para efeito específico da pesquisa, convencionou-se que a área dos quatro municípios citados passaria a representar a região da Grande Florianópolis

Renda ou rendimento familiar – É a soma dos ganhos mensais, em moeda corrente, do que cada um dos membros da unidade familiar recebe sistematicamente, originário de atividade remunerada, aposentadoria, pensão, bolsa, ajuda de custo e/ou de outra fonte de qualquer natureza.

Renda familiar “per cápita” – Valor da renda familiar mensal dividida pelo número de membros da família.

5.2 Plano de amostragem

5.2.1 Âmbito e público-alvo

Conforme já se disse anteriormente, a pesquisa se desenvolveu nos limites geopolíticos dos municípios de interesse: Biguaçu, Florianópolis, Palhoça e São José, abrangendo os domicílios nos quais residem unidades familiares que se enquadram no conceito de público-alvo.

5.2.2 Bases de dados

Como informações de suporte ao processo de determinação da amostra foram utilizados os dados cadastrais das famílias assistidas pelas Secretarias de Saúde de cada um dos municípios pesquisados. Dentre todos os cadastros disponíveis, os daqueles órgãos demonstraram ser os mais adequados às necessidades, por serem os mais atualizados, os mais abrangentes (número de indivíduos no espaço geográfico), disponíveis em todos os municípios considerados, por utilizarem uma mesma sistemática de registro e trabalho e por abrangerem cerca de 80% dos domicílios existentes na área da pesquisa.

Os referidos cadastros utilizam como documento um formulário específico, o registro de entrada do sistema CADSUS, utilizado pelas Secretarias da Saúde de cada um dos municípios, e que apresenta, dentre outros, os seguintes campos: código de identificação (cód. do município + cód. do segmento + cód. da área de abrangência + cód. da microárea + número da família); endereço; ponto de referência; identificação dos membros da família (nome, idade, sexo e ocupação); características do domicílio; outras informações.

Tais cadastros são parte integrante dos sistemas de atendimento à saúde de cada município, abrangendo todas as famílias que se disponham a participar deste programa municipal (gratuito). São elaborados e atualizados por uma rede de agentes, os quais mensalmente visitam cada unidade familiar cadastrada.

O agente de saúde que atende uma comunidade (microárea) é uma pessoa nela residente, com vínculo empregatício com a prefeitura, em regime da CLT e com nível de escolaridade igual ou superior à 4ª série do 1º grau. De uma forma geral, tem trânsito livre entre os moradores locais, em face da natureza do seu trabalho, principalmente quando já atua há algum tempo na função. A estrutura de agentes de saúde foi utilizada no processo de levantamento dos dados, através de parceria estabelecida com os municípios envolvidos.

5.2.3 Universo da pesquisa

Em termos técnicos, sabe-se que a população que representa o universo da pesquisa é aquela anteriormente especificada como público-alvo. Entretanto, como não se dispunha de qualquer meio e/ou informação que permitisse caracterizar os elementos que a compunham, foi preciso encontrar uma alternativa para a determinação de uma amostra que fosse satisfatória aos objetivos do projeto.

Pensou-se, inicialmente, em usar as informações dos cadastros de domicílios das Secretárias de Saúde municipais. Acreditava-se que seriam as mais apropriadas para dar suporte ao processo de determinação da amostra. Levando-se em conta, porém, que o citado cadastro não contemplava qualquer informação que permitisse identificar, estabelecer e quantificar dentro da população do município as famílias originárias do meio rural (característica que identifica o público-alvo), optou-se por elaborar um cadastro próprio para a pesquisa, de acordo com a sistemática a seguir especificada.

1ª Etapa

a. Seleção das comunidades que concentram o público-alvo da pesquisa

Para a seleção das comunidades que interessam à pesquisa, partiu-se da premissa de que o migrante rural, ao procurar um centro urbano para se estabelecer, recorre, quase sempre como única alternativa, a uma das comunidades carentes do município escolhido. Portanto, o primeiro passo para localizar o público-alvo foi selecionar as comunidades enquadradas neste conceito.

Para isso, contou-se com a participação dos agentes de saúde, através de seus supervisores de área, com base no conhecimento factual que detêm do meio em que atuam. Tendo em vista que o município de Florianópolis possui praticamente todo o seu território mapeado, o processo, neste caso, foi grandemente facilitado e aperfeiçoado.

Como critério de seleção, convencionou-se que seriam consideradas carentes as comunidades cuja renda média da família não ultrapassasse dois salários mínimos por mês.

b. Cadastro das famílias que integram as comunidades selecionadas

Identificadas as comunidades consideradas carentes, partiu-se para a segunda fase do processo, ou seja, a do cadastramento de todas as famílias que integram estas comunidades. Com este objetivo, foi aplicado um questionário que continha, na essência, duas indagações. A primeira, referente à identificação do público-alvo da pesquisa (quem foi agricultor no passado e ano em que deixou a atividade). A segunda tinha por objetivo identificar a faixa de renda mensal da família. Neste caso, o cadastramento permitiu que se passasse a dispor de uma informação básica (renda média) como suporte ao processo de amostragem. O levantamento, nesta fase, contou com a estrutura do sistema de saúde municipal (supervisoras de áreas e agentes de saúde).

c. Cadastro do público-alvo

Do cadastro geral, resultante do levantamento, foi retirado e composto o cadastro das famílias originárias do meio rural e, a partir deste, foi composto o cadastro do público-alvo da pesquisa (relação de famílias em que pelo menos um de seus membros tenha atuado na atividade agrícola nos últimos dez anos).

2ª Etapa

a. Determinação da amostra

De acordo com a metodologia proposta, o cadastro que compõe o público-alvo - gerado na primeira etapa - serviria de referência para o cálculo da amostra de famílias de ex-agricultores a ser pesquisada. No entanto, tendo em vista o número relativamente pequeno de famílias enquadradas neste conceito, a amostra não chegou a ser calculada já que se optou por pesquisar todas as famílias que compunham o público-alvo (Censo).

b. Aplicação do questionário da pesquisa

Determinado o público a ser pesquisado e contando com a mesma estrutura de campo (supervisoras e agentes do sistema de saúde municipal), foi aplicado o questionário definitivo da pesquisa.

6 Resultados da pesquisa para a região

6.1 Dados gerais dos municípios pesquisados

Como já se fez referência, a região da Grande Florianópolis foi escolhida como área-piloto para desenvolvimento da pesquisa, envolvendo, como proposta inicial (2004), os municípios de Biguaçu, Florianópolis, Palhoça e São José. No entanto, por uma série de razões, o município de Florianópolis só passou a ser incorporado ao estudo em 2005. Dessa forma, o trabalho, apesar ter sido iniciado em 2004 nos municípios que integram a parte continental da região, só foi efetivamente concluído recentemente, com a inclusão da capital. Na tabela 2, são considerados os dados de área, população e taxa de urbanização referente aos quatro municípios e à região em estudo.

a. Estrutura regional do sistema municipal de saúde

Em parceria com o estado e o Ministério da Saúde, os municípios da região possuem um bom sistema de atendimento preventivo à

Tabela 2. Região pesquisada - Área, população e taxa de urbanização por município e região

Municípios	Área (km ²)	População (habitantes)	Taxa de urbanização(%)
Biguaçu	302,4	55.000	89,2
Florianópolis	436,5	342.000	97,0
Palhoça	322,0	120.000	95,3
São José	114,7	193.000	98,7
Região	1.175,6	710.000	-

saúde. Com esta finalidade, a região conta com 137 equipes de profissionais da área médica (uma por área) e aproximadamente 1.090 agentes de saúde (um por microárea), que prestam assistência a cerca de 80% da população dos municípios citados, através do Programa Saúde da Família (Tabela 3).

Tabela 3. Região pesquisada - Sistema de saúde nos municípios pesquisados

Municípios	Áreas (nº)	Microáreas (nº)	Cobertura de atendimento(%)
Biguaçu	12	113	100
Florianópolis	62	563	70
Palhoça	23	189	75
São José	40	225	71
Região	137	1.090	79⁽¹⁾

(¹) Percentual estimado a partir dos percentuais de cobertura municipais

b. Áreas, microáreas e unidades familiares pesquisadas na 1ª etapa

Na primeira etapa da pesquisa, após o processo de seleção já citado, foram selecionadas 86 áreas e 255 microáreas, sobre as quais foi desenvolvido o trabalho de cadastramento na região. Dessa forma, foram identificadas 33.585 famílias residentes nas comunidades caracterizadas como carentes dos quatro municípios, de acordo com os critérios previamente estabelecidos. Destas, 8.605 (25,6%)

declararam que pelo menos um de seus membros, em algum momento do passado, exerceu a atividade agrícola (Tabela 4).

Tabela 4. Região pesquisada - Áreas, microáreas e famílias participantes

Municípios	Unidades geográficas(nº)		Famílias (nº)		
	Áreas	Micro-áreas	Cadastradas	De ex-agricultores	Público-alvo
Biguaçu	12	43	6.268	2.056	443
Florianópolis	45	136	11.182	2.203	442
Palhoça	13	36	7.882	1.692	312
São José	16	40	8.253	2.654	448
Região	86	255	33.585	8.605	1.645

c. Áreas, microáreas e unidades familiares pesquisadas na 2ª etapa

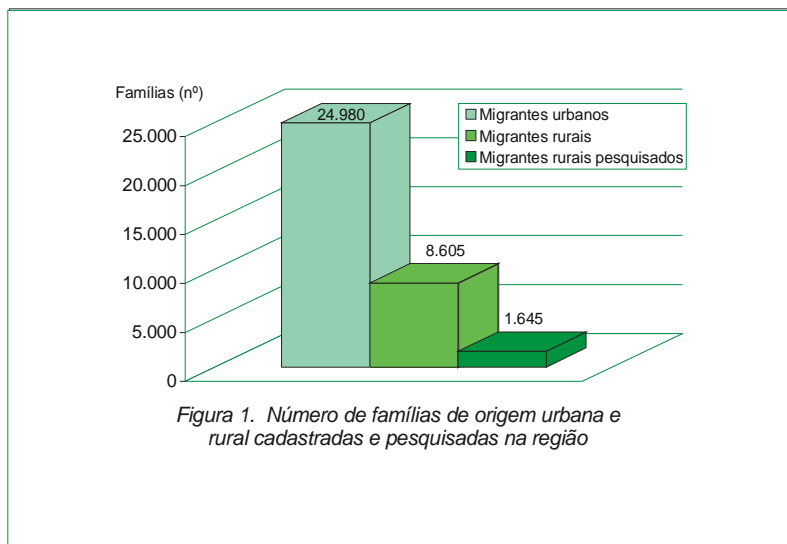
O cadastramento realizado na primeira etapa identificou, como se esperava, os migrantes rurais localizados nas unidades geográficas nos municípios da região, sendo representados por 8.605 famílias que abandonaram o meio rural em algum momento dos últimos 50 anos. De acordo com os critérios estabelecidos inicialmente, estas famílias deveriam compor o público-alvo que serviria como base para cálculo da amostra.

No entanto, considerando o resultado de testes prévios feitos a campo, chegou-se à conclusão que deveriam ser consideradas na pesquisa apenas as famílias que deixaram a atividade rural nos últimos dez anos. Concluiu-se que, na medida em que aumenta o tempo de saída do campo, os laços do migrante com a área rural se enfraquecem. Este fato passa a interferir na qualidade das respostas, prejudicando os objetivos estabelecidos no estudo.

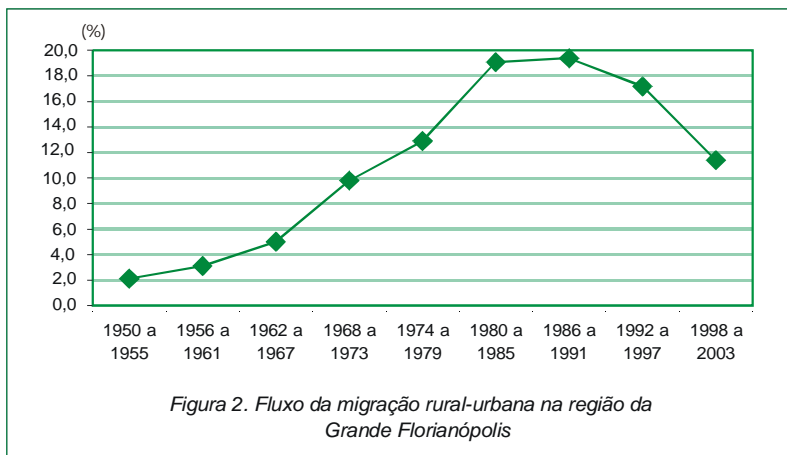
Por esta razão, definiu-se que o público-alvo da pesquisa seria constituído pelos migrantes rurais que abandonaram o campo no período compreendido entre 1995 e 2005.

Como resultado, das 8.605 famílias de migrantes cadastradas na região, apenas 1.645 (19,1%) atendiam ao requisito acima. Estas famílias passaram a constituir, assim, o público-alvo do estudo, sobre o qual a amostra seria calculada.

Considerando, no entanto, o pequeno número de unidades familiares a ser pesquisado por município, optou-se por aplicar a pesquisa em todas as 1.645 famílias (censo), já que, neste caso, o estabelecimento de uma amostra não seria tecnicamente recomendável (Tabela 4 e Figura 1).



É importante observar ainda o comportamento do fluxo migratório para a região, tendo por base as cinco décadas abrangidas pela pesquisa. De acordo com os dados contidos na figura 2, até o quinquênio 1980-1985, o fluxo - que caracteriza o número de migrantes que deixaram o meio rural e vieram para a Grande Florianópolis - mostrava-se claramente crescente. A partir deste período, ou seja, a partir da década de noventa, houve uma inflexão da curva, com nítida tendência de decréscimo.



6.2 Situação familiar anterior

De uma maneira geral, o estudo procurou caracterizar a situação das famílias migrantes em dois momentos no tempo:

- a. situação anterior à saída do meio rural, e
- b. situação atual, nos municípios pesquisados.

Neste tópico (6.2), serão considerados os dados relativos ao primeiro caso, ou seja, à situação das famílias migrantes quando ainda viviam e trabalhavam no meio rural.

6.2.1 Local de origem dos migrantes

A pesquisa teve por objetivo levantar, neste item, a origem das populações migrantes. Pretendeu-se, na essência, identificar os municípios do estado, ou em qual estado, quando fora de Santa Catarina, o migrante rural vivia quando deixou a atividade agrícola.

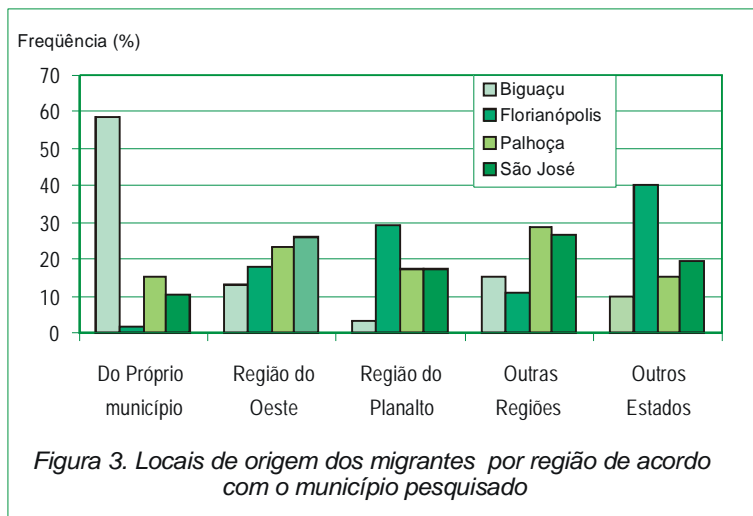
A tabela 5 e a figura 3 registram os resultados do levantamento que teve como base as indicações sobre os municípios de Santa Catarina e de outros estados que serviram de origem para as populações migrantes consultadas. Tendo em vista a relativa dispersão das indi-

cações feitas, estas, para efeito de análise, foram agrupadas em cinco fontes de origem:

- a. do próprio município;
- b. de municípios da Região Oeste;
- c. de municípios da Região do Planalto;
- d. municípios de outras regiões; e
- e. de outros estados.

Tabela 5. Região pesquisada - Local de origem dos migrantes

Municípios	Frequência relativa por município de origem (%)				Frequência de outros estados
	Do próprio município	Municípios da Região Oeste	Municípios da Região do Planalto	Municípios de outras regiões	
Biguaçu	58,6	13,1	3,4	15,0	9,9
Florianópolis	1,7	17,9	29,3	10,9	40,2
Palhoça	15,4	23,1	17,5	29,0	15,0
São José	10,4	25,9	17,5	26,4	19,8



Como se observa, a alternativa “do próprio município” se destaca, principalmente no município de Biguaçu, onde 58,6% das famílias pesquisadas são provenientes de seu próprio território. À exceção de Florianópolis, este dado surpreende pela considerável tendência das populações migrantes da região de permanecer em áreas carentes do próprio município. Este dado, contudo, caso venha a ser utilizado como base para alguma ação concreta, deverá ser mais bem avaliado.

O município de Palhoça ocupa a segunda posição, com 15,4% das famílias que abandonaram o campo, mas permanecendo em áreas urbanas carentes do próprio município. O índice de permanência, neste caso, está dentro do esperado.

De outra parte, apesar de ser bastante ampla a gama de municípios apontados como base da migração, constata-se que os localizados nas regiões Oeste e Planalto estão entre os que foram mais freqüentemente apontados como região de origem pelos entrevistados, notadamente pelas famílias pesquisadas no município de Florianópolis, com destaque para a região do Planalto. Vale destacar, da mesma forma, o percentual relativamente elevado de migrantes provenientes de outros estados, principalmente do Paraná, de onde as comunidades investigadas de Florianópolis e São José indicaram serem oriundas 40,2% e 19,8% das famílias, respectivamente.

6.2.2 Situação quanto à Forma de Atuação e Posse da Terra

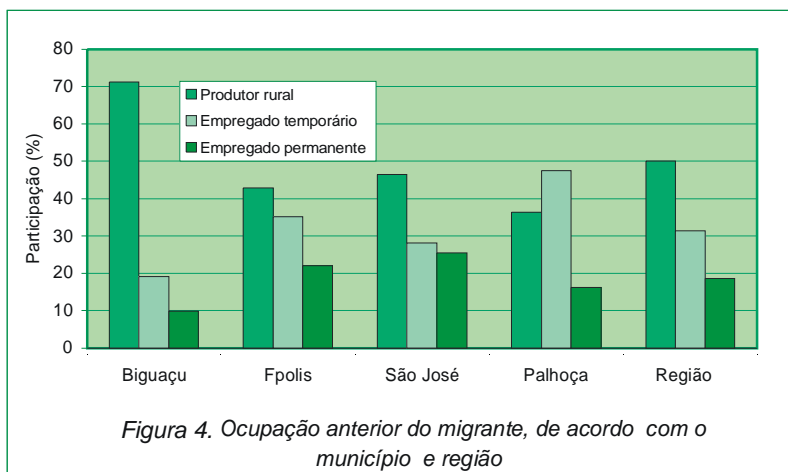
Inferese dos dados da tabela 6 e figura 4 que os migrantes de Palhoça, quando atuavam na agricultura, o faziam predominantemente na condição de “*empregados temporários*” (47,4%)³. Nos municípios de Biguaçu, Florianópolis e São José, ao contrário, os ex-agricultores atuavam preferencialmente como “produtor rural”⁴. Constata-se que o município de Biguaçu, onde 71,2% dos entrevistados se enquadram nesta categoria, contribui decisivamente para a elevação da média regional (50%).

³ Condição em que o agricultor trabalha por tempo determinado em uma propriedade agrícola, recebendo remuneração pela tarefa cumprida e desligando-se da propriedade em seguida (trabalho por empreitada).

⁴ Condição em que o agricultor toma as decisões sobre as atividades que desenvolve e gera sua própria renda, em terras próprias ou de terceiros.

Tabela 6. Região pesquisada - Ocupação do membro da família que atuou mais tempo como agricultor

Condição de ocupação	Frequência relativa por município e região (%)				
	Biguaçu	Florianópolis	São José	Palhoça	Região
Produtor Rural	71,2	42,9	46,4	36,4	50,0
Empregado temporário	19,0	35,1	28,2	47,4	31,4
Empregado permanente	9,9	22,0	25,4	16,2	18,6



Observa-se nos quatro municípios, de outra parte, que o migrante, na condição “produtor rural”, exercia a atividade agrícola predominantemente em terras próprias, fato que explica a marcante participação (73,6%) desta categoria na região (Tabela 7). Este dado apenas vem confirmar o que já se sabe: apesar de ser inegavelmente importante, a condição de possuir terra própria não é suficiente, por si só, para assegurar a permanência do agricultor na atividade rural.

Tabela 7. Região pesquisada - Condição de posse da terra do produtor rural

Municípios	Participação dos produtores rurais segundo a posse da terra (%)	
	Terras Próprias	Terras de Terceiros
Biguaçu	81,0	19,0
Florianópolis	69,0	31,0
Palhoça	60,4	39,6
São José	74,0	26,0
Região	73,6	26,4

6.2.3 Causas que levaram a abandonar a atividade

Um dos principais objetivos da pesquisa está centrado nas causas que levaram o migrante a desistir da atividade rural. Inúmeros estudos foram e vêm sendo desenvolvidos neste sentido. Contudo, na sua grande maioria, estão focados e são desenvolvidos no espaço rural, onde o fenômeno tem suas raízes.

A este respeito, cumpre destacar que as autoridades governamentais, ao decidirem pesquisar as populações migrantes do meio rural e que habitam hoje os centros urbanos da Grande Florianópolis, além de pretenderem reunir dados e informações sobre a situação em que elas vivem e trabalham, tiveram a intenção de conhecer, desta vez do ponto de vista do migrante, alguns aspectos de sua vida pregressa, notadamente as causas que determinaram a saída destas populações de seu meio.

Com este objetivo, foram apresentadas às famílias investigadas 13 alternativas de causas que, em maior ou menor grau, de forma conjugada ou não, vêm sendo determinantes no processo de exclusão (Tabela 8 e Figura 5).

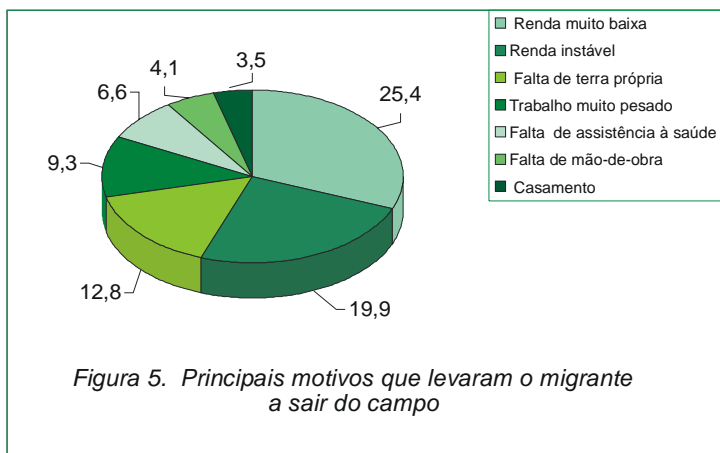
Conclui-se, dos dados acima, que, na opinião dos migrantes, as alternativas 1 e 2, centradas na renda, foram responsáveis por mais de 45% dos casos de saída do meio rural nos quatro municípios pesquisados. Aliás, estudos anteriormente desenvolvidos em áreas rurais levaram a resultados semelhantes, confirmando que, do conjun-

to de fatores que determinam a migração rural-urbana, as de ordem econômico-financeira ocupam situação de destaque. Deve-se considerar, ainda, a “falta de terra própria” que, de uma maneira geral, é apontada também como uma das causas determinantes do êxodo pelos quatro municípios da pesquisa (em média, 12,8% dos entrevistados da região consideram esta como uma das causas principais).

Tabela 8. Região pesquisada - Principais motivos que levaram a abandonar a atividade agrícola

Causas da migração	Frequência relativa dos migrantes por município e região (%)				
	Biguaçu	Fpolis	São José	Palhoça	Região
1. Renda muito baixa	27,0	23,6	23,9	27,9	25,4
2. Busca de remuneração mais garantida	18,9	23,7	20,0	15,7	19,9
3. Falta de terra própria	9,9	12,7	13,1	16,3	12,8
4. Trabalho agrícola muito pesado	11,3	11,5	5,9	8,5	9,3
5. Não recebia atendimento à saúde	3,2	7,5	8,9	6,2	6,6
6. Falta de mão-de-obra para trabalhar na terra	4,5	3,0	3,6	5,9	4,1
7. Casamento	3,4	2,6	4,5	3,7	3,5
8. Idade avançada para trabalhar na agricultura	6,7	1,5	2,1	2,7	3,2
9. Falta de escola para os filhos	1,6	3,7	4,6	2,4	3,2
10. Seguir os filhos que vieram para a cidade	1,7	2,6	2,5	1,9	2,2
11. Falta de transporte coletivo (linha de ônibus)	2,0	1,6	2,0	1,9	1,9
12. Proibição médica devido ao agrotóxico	0,5	0,8	1,2	1,7	1,0
13. Outros motivos	9,3	5,3	7,9	5,0	6,9

Dentre as causas sociais, duas chamam a atenção, tanto por serem comuns aos quatro municípios em estudo, quanto pela frequência com que foram apontadas como responsáveis pela saída do meio rural, quais sejam: “trabalho agrícola muito pesado” e “não recebia atendimento à saúde”. Com respeito ao primeiro caso, ao se considerar as razões por que não desejam voltar ao campo, vale destacar que esta foi uma das causas mencionadas com frequência pelos entrevistados. Tratando-se de ex-agricultores, atualmente ocupados em atividades urbanas, as respostas foram certamente influenciadas pela comparação com a situação anterior, em que o intenso esforço físico nem sempre era compensado, seja quanto à renda, seja quanto ao reconhecimento público.



6.3 Situação familiar atual

Sob este título serão considerados os resultados da pesquisa referentes à situação atual das famílias de migrantes rurais localizadas em áreas carentes dos municípios de Biguaçu, Florianópolis, São José e Palhoça.

6.3.1 Situação das Famílias com Relação à Renda

Quanto à renda, o levantamento cadastral efetuado (envolvendo migrantes rurais e urbanos) permitiu que se procedesse a uma caracterização da região, através da distribuição das famílias nos municípios em estudo e nas faixas de renda consideradas (Tabela 9 e Figuras 6 e 7).

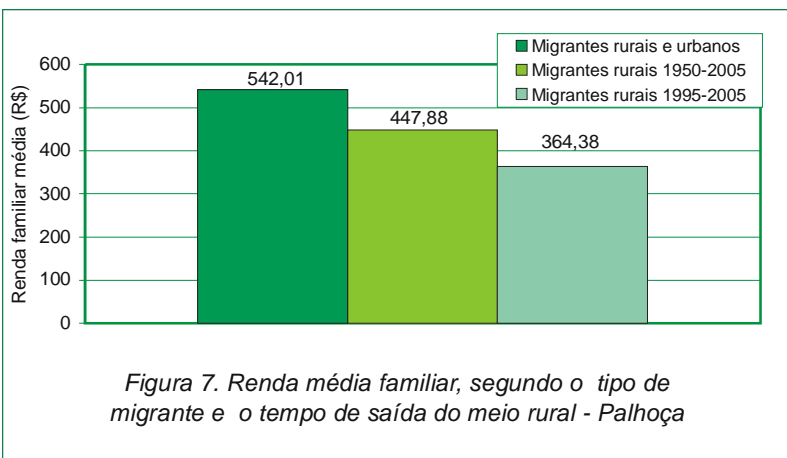
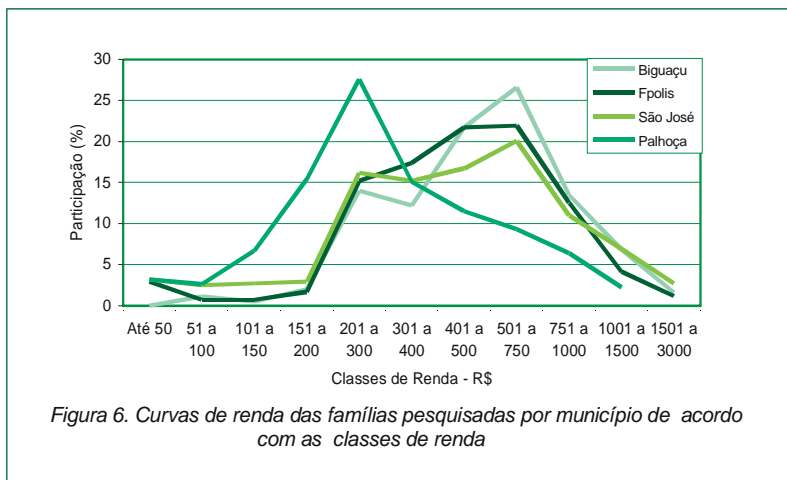
Com o objetivo de se ampliar a análise, foi registrada, na segunda coluna (Tabela 9), por município, a distribuição de todas as 33.585 famílias cadastradas, segundo as faixas de renda, considerando tanto as famílias originárias do meio rural, quanto as provenientes de centros urbanos.

Observa-se que, entre os quatro municípios, São José e Florianópolis são os que apresentam uma distribuição mais equilibrada da renda, situada entre as faixas de R\$ 300,00 e R\$ 1.000,00. Nos municípios de Palhoça e Biguaçu, ao contrário, a renda apresenta uma distribuição relativamente mais concentrada, porém em faixas claramente di-

Tabela 9. Região pesquisada - Renda familiar mensal das famílias, segundo o período de saída do meio rural

Classes de renda (R\$)	Total de famílias cadastradas (quantidade)						Participação das famílias que abandonaram o meio rural (%)											
							Entre 1950 e 2005						Entre 1995 e 2005					
	Biguaçu	Fpolis	São José	Palhoça	Biguaçu	Fpolis	São José	Palhoça	Biguaçu	Fpolis	São José	Palhoça	Biguaçu	Fpolis	São José	Palhoça		
Até 50	15	161	131	125	0,3	1,7	2,3	2,1	0,0	2,9	3,2	0,0	2,9	3,2	3,2			
51 a 100	57	109	95	90	1,1	0,8	1,2	2,1	1,1	0,7	2,5	1,1	0,7	2,5	2,6			
101 a 150	53	116	99	140	0,7	1,5	1,6	4,3	0,5	0,7	2,7	0,5	0,7	2,7	6,7			
151 a 200	161	213	203	439	2,7	2,8	2,9	9,9	2,0	1,7	2,9	2,0	1,7	2,9	15,4			
201 a 300	773	1.515	1.074	1.425	14,7	13,0	12,2	22,9	14,0	15,2	16,2	12,2	17,4	15,2	27,6			
301 a 400	806	1.673	1.010	1.254	11,4	15,8	12,0	15,6	12,2	17,4	15,2	12,2	17,4	15,2	15,1			
401 a 500	1.197	1.982	1.135	1.452	18,6	17,0	13,7	16,5	21,7	21,7	16,7	16,5	21,7	16,7	11,5			
501 a 750	1.407	2.494	1.675	1.432	23,8	22,7	19,0	13,2	26,6	21,9	20,1	13,2	26,6	21,9	9,3			
751 a 1000	998	1.707	1.356	907	15,0	15,2	14,6	8,5	13,5	12,5	11,0	8,5	13,5	12,5	6,4			
1001 a 1500	498	863	767	618	8,2	6,7	8,2	4,9	6,8	4,1	6,9	4,9	6,8	4,1	2,2			
1501 a 3000	185	303	397	-	3,3	2,4	4,6	-	1,6	1,2	2,7	-	1,6	1,2	-			
Mais de 3000	21	46	50	-	0,0	0,4	0,8	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-			
Não Responderam	97	0	261	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-			
Total	6.268	11.182	8.253	7.882	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100			
Renda média familiar (R\$)	635,50	617,07	682,66	542,01	625,77	597,76	639,97	447,88	585,86	526,91	548,88	585,86	526,91	548,88	364,38			

ferenciadas. Com efeito, aproximadamente 70% das famílias pesquisadas em Palhoça possuem rendas situadas nas faixas compreendidas entre R\$ 200,00 e R\$ 750,00. Em relação a Biguaçu, este patamar de concentração é consideravelmente inferior, pois, neste caso, a distribuição da renda familiar apresenta-se mais concentrada entre as faixas de R\$ 400,00 e R\$ 1.000,00 (Figura 6).



Deve-se destacar, também, que, entre os quatro municípios, o de São José é o que apresenta a maior renda média familiar da região pesquisada (R\$ 682,66) e o de Palhoça, a menor (R\$ 542,01).

Considerando ainda a renda média familiar, observa-se que há uma tendência de decréscimo à medida que se procede à seleção dos subgrupos. Tomando-se como exemplo o município de Palhoça, constata-se que a renda do total de famílias cadastradas (rurais e urbanas) é de R\$ 542,01; já quando se consideram somente os migrantes oriundos do meio rural, independentemente do ano de saída, a renda média familiar cai para R\$ 447,88. Da mesma forma, quanto mais se restringe o grupo, ou seja, quando são considerados apenas os ex-agricultores que vieram para a cidade nos últimos dez anos (1995-2005), a renda familiar média cai ainda mais, não indo além de R\$ 364,38. O mesmo comportamento é apresentado pelos demais municípios.

Acredita-se que esta tendência esteja relacionada à maior ou menor qualificação da mão-de-obra dos segmentos considerados. Como se sabe, as populações migrantes do meio rural normalmente estão despreparadas para atuar em atividades tipicamente urbanas, enfrentando, dessa forma, desvantagens no mercado de trabalho, quando comparadas com as de origem urbana. Certamente, quanto mais recente a saída do campo, maior a disparidade entre os dois segmentos.

Considerando, de outra parte, a participação familiar na geração da renda, os dados das tabelas 10 e 11 revelam que há uma considerável semelhança nos municípios da região, tanto no que diz respeito ao tamanho médio da família (3,8 pessoas/família), quanto em relação à participação da família na geração da renda. Tendo em vista este último aspecto, a pesquisa indica que quase metade dos migrantes de Biguaçu e São José atribui a apenas um de seus membros a responsabilidade pela geração da renda familiar. No município de Palhoça, esta participação é um pouco superior, atingindo 60% dos casos. Já o município de Florianópolis apresenta uma situação diferenciada, ou seja, ao redor de 45% das famílias apresentam um segundo membro participando expressivamente da renda familiar.

Tendo em vista as implicações de ordem social que certamente estão na essência destes dados, especialmente no que se refere aos aspectos emprego e renda, recomenda-se especial atenção a eles ao se desenvolver políticas públicas voltadas às populações objeto da pesquisa.

Tabela 10. Região pesquisada - Número de membros da família que moram na residência

Membros da família que moram na residência (quantidade)	Frequência relativa por município (%)				
	Biguaçu	Florianópolis	São José	Palhoça	Região
1	9,1	8,4	4,8	6,6	7,2
2	24,3	12,3	16,2	13,9	16,9
3	22,1	28,4	24,7	20,9	24,2
4	17,4	22,2	20,2	27,8	21,5
5	14,7	15,4	16,6	13,6	15,2
6	7,1	8,4	9,5	9,6	8,6
7	2,9	2,7	3,8	5,0	3,5
8	1,2	0,5	2,6	1,7	1,5
Mais de 8	1,1	1,7	1,7	1,0	1,4
Tamanho médio da família	3,5	3,7	4,0	3,9	3,8

Tabela 11. Região pesquisada - Número de Membros da família que geram renda

Membros da família que geram renda (Quantidade)	Frequência relativa por município (%)			
	Biguaçu	Florianópolis	São José	Palhoça
1	47,3	43,7	48,3	60,0
2	37,8	45,3	37,3	34,4
3	10,6	9,2	10,5	4,6
4	3,4	1,6	2,4	1,1
5	0,6	0,2	1,3	-
6	0,3	-	-	-
7	-	-	0,3	-

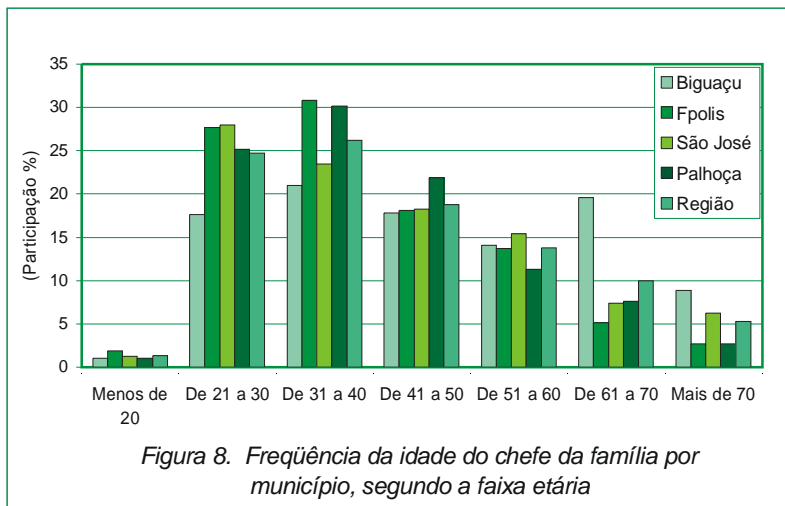
6.3.2 Situação das famílias em relação à idade do chefe

De acordo com os dados da tabela 12 e figura 8, em termos médios, a idade do chefe da família apresenta diferenças significativas no âmbito dos municípios pesquisados. Enquanto no município de Florianópolis e Palhoça a idade média do chefe da família anda ao redor de 40 anos, em São José atinge 42,6 anos e em Biguaçu chega a 47,9 anos. A maior concentração de casos, nos quatro municípios, encontra-se na faixa etária entre 21 e 40 anos. O município de Biguaçu diferencia-se dos demais pela significativa distribuição também em faixas superiores, com destaque para aquela compreendida entre 61 e 70 anos, onde se situam quase 20% dos chefes das famílias pesquisadas.

De qualquer forma, os dados indicam existir na região um capital humano relativamente jovem, em plena capacidade produtiva, fato que deve ser levado em conta ao se desenvolver ações voltadas a estes segmentos.

Tabela 12. Região pesquisada - Número de famílias segundo a idade do chefe, por município

Idade do chefe da família (anos)	Frequência relativa por município e região (%)				
	Biguaçu	Florianópolis	São José	Palhoça	Região
Menos de 20	1,0	1,9	1,2	1,0	1,3
De 21 a 30	17,6	27,7	28,0	25,2	24,7
De 31 a 40	21,0	30,8	23,5	30,2	26,2
De 41 a 50	17,8	18,1	18,3	21,9	18,8
De 51 a 60	14,1	13,7	15,4	11,3	13,8
De 61 a 70	19,6	5,1	7,4	7,6	10,0
Mais de 70	8,9	2,7	6,2	2,7	5,3
Idade média do chefe da família (anos)	47,9	39,5	42,6	40,6	42,6

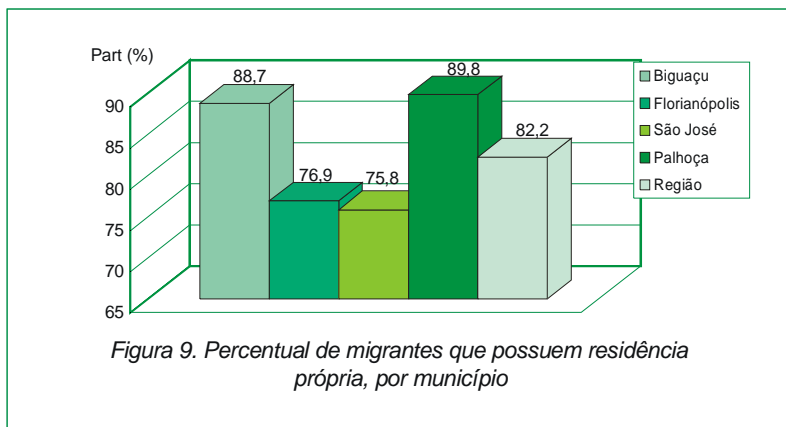


6.3.3 Situação das famílias quanto à moradia

Ao se considerar o aspecto moradia, a pesquisa revela que a região apresenta uma situação bastante favorável, principalmente nos municípios de Biguaçu e Palhoça, onde praticamente 90% das famílias pesquisadas indicaram morar em casa própria. A situação de Florianópolis e São José, apesar de não estar no mesmo nível, também pode ser considerada favorável, já que ao redor de 76% das famílias migrantes possuem seu próprio local para morar. Tratando-se de famílias carentes que ganham, em média, dois salários mínimos, este dado pode ser considerado, até certo ponto, surpreendente (Tabela 13 e Figura 9).

Tabela 13. Região pesquisada - Condição de moradia atual da família

Condição de moradia	Frequência relativa por município e região (%)				
	Biguaçu	Florianópolis	São José	Palhoça	Região
Residência própria	88,7	76,9	75,8	89,8	82,2
Residência alugada	4,4	14,7	8,3	6,9	8,7
Outra condição	6,9	8,4	15,9	3,3	9,1



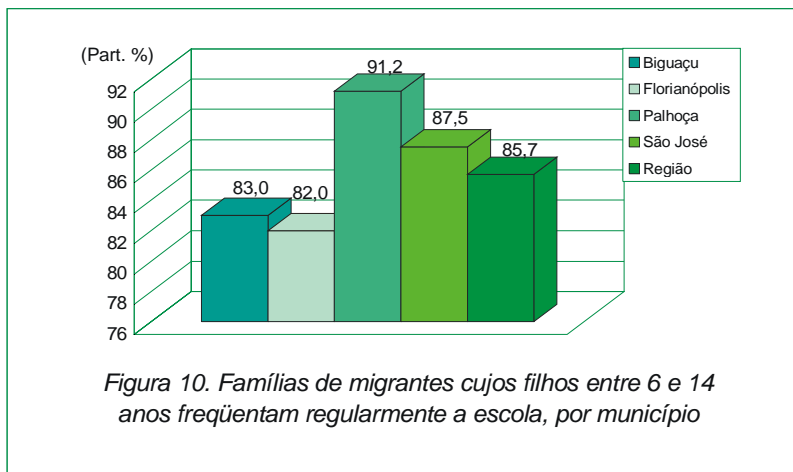
Tendo em vista, no entanto, que o estudo não entrou em detalhes sobre as condições destas residências, há que se ter em mente este aspecto ao se utilizar o dado.

6.3.4 Situação das famílias com relação à educação dos filhos

Quanto ao aspecto educação dos filhos, a pesquisa revela também um dado de grande significado. Ao se questionar a situação de frequência à escola dos filhos com idade entre 6 e 14 anos, os ex-agricultores dos quatro municípios da região indicaram que mais de 85% dos membros da família, em média, nesta faixa etária, freqüentam regularmente a escola. Considerando especificamente o município de Palhoça, este percentual supera os 90%. Tendo em vista que o estudo envolve predominantemente populações carentes, este índice de freqüência escolar surpreende positivamente (Tabela 14 e Figura 10).

Tabela 14. Região pesquisada - Situação atual de frequência à escola dos filhos de 6 a 14 anos

Municípios	Frequência relativa à escola por município e região (%)		
	Todos estão na escola	Somente parte está na escola	Nenhum está na escola
Biguaçu	83,0	11,1	5,8
Florianópolis	82,0	8,6	9,4
Palhoça	91,2	4,4	4,4
São José	87,5	8,2	4,3
Região	85,7	8,2	6,2



6.3.5 Situação do chefe da família com relação ao tipo de ocupação

Tratando-se de famílias de ex-agricultores com mão-de-obra quase sempre pouco qualificada, localizadas em comunidades de baixa renda, acreditava-se que o nível de desemprego seria, senão elevado, pelo menos preocupante.

No entanto, como se constata na tabela 15 e figura 11, a situação de desemprego, mesmo para trabalhos eventuais, apresenta um percentual relativamente baixo, não indo além do 4,6% registrado no município de Florianópolis.

Tabela 15. Região pesquisada - Tipo de ocupação atual do chefe da família

Tipo de ocupação	Frequência relativa por município e região (%)				
	Biguaçu	Florianópolis	São José	Palhoça	Região
Está empregado (com ou sem carteira assinada)	45,3	54,1	45,5	40,8	46,9
Está aposentado	29,5	20,4	17,8	10,0	20,1
Está desempregado e vive de trabalhos eventuais ("bico")	10,9	10,1	13,5	28,1	14,7
Tem negócio próprio (autônomo)	10,6	8,6	12,6	9,0	10,3
Está desempregado e não consegue nem trabalhos eventuais	0,5	4,6	3,8	4,3	3,2
Outra situação	3,2	2,2	6,9	7,7	4,8

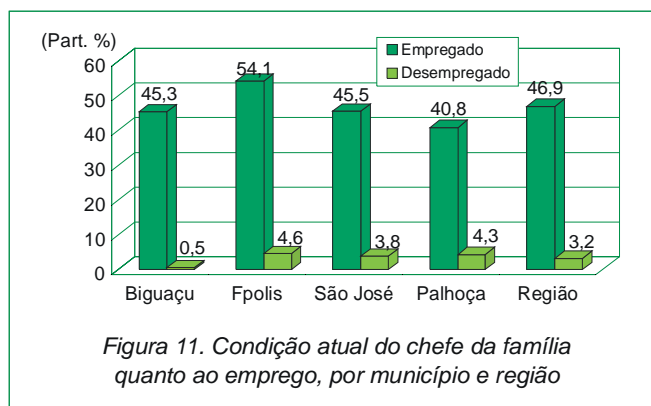


Figura 11. Condição atual do chefe da família quanto ao emprego, por município e região

Ao se examinar a situação oposta, ou seja, "está empregado", o município de Palhoça é o que está em pior situação, pois cerca de 40% dos chefes de família consultados têm emprego fixo. Nos demais municípios, a situação é bem mais favorável: este percentual atinge 54% no município de Florianópolis.

Mesmo estando longe do ideal, este dado de ocupação, somado ao daqueles que declararam atuar em “trabalhos eventuais” e aos que possuem “negócio próprio”, chega-se à conclusão que, em média, aproximadamente 70% dos chefes das famílias das comunidades investigadas na região possuem alguma fonte de renda que permite suprir, em maior ou menor grau, as necessidades mínimas de suas famílias.

Além destes aspectos, merece destaque, nos quatro municípios, notadamente no município de Biguaçu (29,5%), a considerável participação de aposentados no contexto das comunidades pesquisadas.

Apesar de o problema de desemprego não assumir, na região, características alarmantes, deve-se considerar que uma parcela considerável - chegando a mais de um terço dos entrevistados no município de Palhoça - está desempregada ou atua em trabalhos eventuais, vivendo, assim, em situação de permanente instabilidade. Para este segmento, portanto, devem-se voltar as ações prioritárias que venham a ser desenvolvidas em benefício destas comunidades.

6.3.6 Interesse em retornar à atividade rural

Ao se considerar os resultados referentes a esta questão, vale lembrar que a pesquisa teve, na essência, entre outros, dois objetivos principais: conhecer “as causas do abandono da atividade agrícola” e avaliar “o interesse de retorno dos migrantes ao meio rural”

Com relação ao primeiro item, é importante lembrar que o assunto foi tratado e os resultados da pesquisa avaliados no item 6.2.3. do presente documento.

Para o segundo, adotou-se como orientação básica avaliar o interesse de retorno, sem que o levantamento gerasse maiores expectativas quanto a políticas futuras de realocação. Com este objetivo, os entrevistadores foram treinados a enfatizar que, neste primeiro momento, se tratava apenas de uma pesquisa para análise de situação.

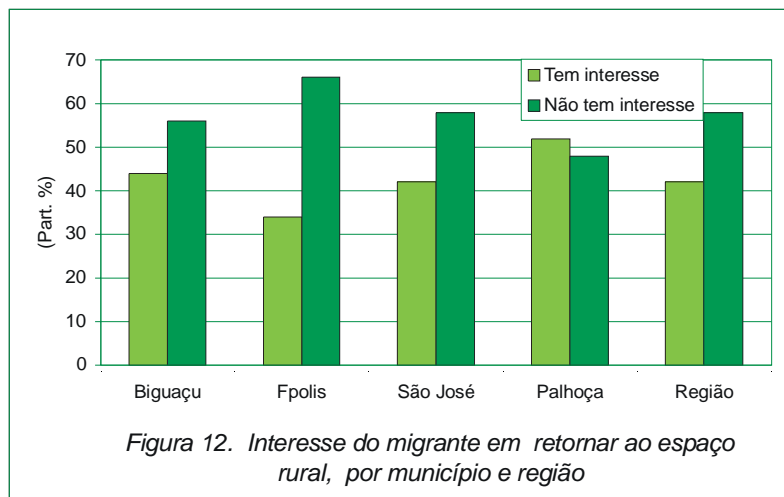
A pergunta constante do questionário teve o seguinte teor: *“Algum membro da família tem interesse em voltar à atividade rural, caso sejam criadas as condições para isso?”*

Os dados da tabela 16 e figura 12 revelam que, em média, 42% das famílias de ex-agricultores consultadas, nos quatro municípios, declararam ter pelo menos um de seus membros com esta intenção. O município de Florianópolis foi o que apresentou o menor índice de intenção de retorno (34%) e o de Palhoça, o maior (52%).

Deve-se reconhecer que este dado é significativamente elevado, frente às expectativas iniciais, merecendo atenção especial ao se encaminhar propostas voltadas a estas comunidades.

Tabela 16. Região pesquisada - Interesse e número de interessados em retornar ao meio rural

Municípios	Frequência relativa por município e região (%)				
	Biguaçu	Florianópolis	São José	Palhoça	Região
Tem interesse em retornar à atividade rural	44	34	42	52	42
Não tem interesse em retornar	56	66	58	48	58
Número médio de pessoas que retornariam por família	2,3	3,1	3,3	1,8	2,5



Tendo por objetivo dispor de um panorama mais amplo sobre o interesse do migrante em retornar, o estudo foi além do questionamento básico acima. Procurou-se avaliar também os principais incentivos que poderiam motivar o retorno. A tabela 17 e o figura 13 contemplam os resultados obtidos, tendo como referência o rol de incentivos apontados.

Tabela 17. Região pesquisada - Principais incentivos que fariam retornar a meio rural

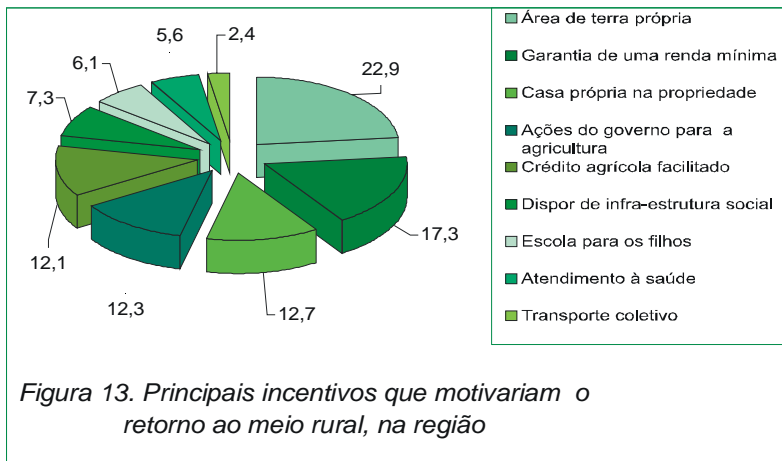
Tipo de incentivo	Frequência relativa por município e região (%)				
	Biguaçu	Fpolis	São José	Palhoça	Região
Área de terra própria	18,8	22,2	25,1	25,2	22,9
Garantia de uma renda mínima	24,5	14,3	15,2	14,2	17,3
Casa própria na propriedade	6,0	17,2	16,0	13,1	12,7
Ações concretas do governo para incentivar a agricultura	16,9	10,7	7,8	14,0	12,3
Crédito facilitado para investir na atividade agrícola	13,6	10,7	12,1	11,7	12,1
Dispor de infra-estrutura social (energia elétrica, transmissão de tv, acesso a telefone, lazer na comunidade, etc.)	6,2	9,6	7,2	6,4	7,3
Escola para os filhos	2,9	6,7	6,6	8,5	6,1
Atendimento facilitado à saúde	5,5	5,7	6,6	4,1	5,6
Transporte coletivo próximo (linha de ônibus)	3,9	2,4	1,6	1,8	2,4
Outro incentivo	1,4	0,5	1,9	0,9	1,2

De acordo com a pesquisa, o entrevistador deveria solicitar ao ex-agricultor que apontasse até três incentivos que considerasse determinantes para o seu retorno.

Dentre as alternativas apontadas, ocuparam lugar de destaque os incentivos “*dispor de uma área de terra própria*” e “*garantia de uma renda mínima*”.

A partir destas respostas, observa-se que a principal preocupação dos ex-agricultores da região para o retorno está relacionada com segurança econômico-financeira, ou seja, dispor de meio de vida pró-

prio e de uma de renda mínima constante. Este tipo de preocupação foi apontado, com maior ou menor intensidade, por aproximadamente 40% dos migrantes rurais dos quatro municípios. Este dado vem apenas confirmar estudos anteriores que colocam, de uma maneira geral, a renda e a ocupação estável como os fatores que mais pesam na hora de uma tomada de decisão.



É interessante observar que os três incentivos que vêm logo a seguir, apesar de estarem no mesmo patamar de importância (em torno de 12% das preferências dos entrevistados), indicam preocupações de natureza diferente. Dois dos incentivos revelam uma nítida preocupação das populações pesquisadas com a sustentabilidade da atividade que imaginam vir a desenvolver. Com efeito, os aspectos “ações concretas do governo para incentivar a agricultura” e “crédito facilitado para investir na atividade agrícola” indicam uma clara intenção de viabilizar a atividade rural em que possam vir a se engajar.

O terceiro - “possuir casa própria na propriedade” -, ao contrário, apresenta cunho nitidamente social, merecendo, em média, a preferência de 12,7% dos entrevistados. Outros incentivos sociais como: “dispor

de *infra-estrutura social*”⁵, “*escola para os filhos*” e “*atendimento facilitado à saúde*”, apesar da menor frequência, também foram assinalados na pesquisa.

6.4 Conclusões gerais

Tendo como referência os objetivos do presente estudo, neste tópico serão apresentadas algumas conclusões gerais, considerando os dois momentos focados pela pesquisa:

- a. situação anterior dos migrantes rurais, isto é, quando ainda viviam e trabalhavam no meio rural; e
- b. situação atual das populações migrantes, tendo como base a região e os municípios envolvidos no estudo.

6.4.1 Conclusões - Situação anterior

As seguintes conclusões resultaram da pesquisa, relacionadas ao perfil e às condições de trabalho do migrante quando vivia no campo.

- Apenas 25,6%, em média, das famílias localizadas nas áreas carentes da região provêm do meio rural. As demais são do próprio município ou são famílias urbanas que migraram de outras regiões do estado.
- Da mesma forma, o fluxo migratório rural para os quatro municípios da região da Grande Florianópolis apresenta nítida tendência de decréscimo, a partir da década de noventa.
- As regiões do Planalto de Lages e Oeste Catarinense foram as que mais contribuíram, no período, para o processo de migração rural-urbana para a região.

⁵ Dispor de energia elétrica, transmissão de TV, acesso a telefone, lazer na comunidade, etc.

- Ainda em relação à origem dos migrantes, merece destaque o fato de que quase 60% dos ex-agricultores do município de Biguaçu declararam ser originários do próprio município.
- Cerca de 15% dos migrantes rurais declararam que, na caminhada rumo à cidade, antes de se fixarem na Grande Florianópolis, passaram por pelo menos dois outros municípios (pólos) localizados próximo às áreas de origem.
- Quase metade dos migrantes localizados nos municípios de São José e Palhoça atuava, anteriormente, na condição de “empregado” (*permanente ou temporário*).
- Já nos municípios de Florianópolis e Biguaçu, ao contrário, os migrantes rurais atuavam predominantemente como “produtor rural” quando viviam no campo e, nesta condição, na maioria dos casos, trabalhavam sobre terras próprias.
- Cerca de 45% dos entrevistados considera o aspecto “renda” a principal razão da saída do meio rural. Este dado, somado à “falta de uma área de terra própria” (12,8%), leva à conclusão de que mais da metade dos ex-agricultores da região responsabiliza principalmente estes dois fatores pela migração rural-urbana.
- Dentre as causas sociais, as relacionadas ao “trabalho agrícola muito pesado” e à “falta de atendimento à saúde” se destacam, tanto por serem comuns aos quatro municípios em estudo, quanto pela frequência com que foram apontadas como responsáveis pela saída do campo.

6.4.2 Conclusões - Situação atual dos migrantes

São apresentadas, a seguir, as principais conclusões referentes à situação atual das famílias de migrantes localizadas na região da Grande Florianópolis.

- Em relação à renda, conclui-se que os municípios guardam uma relativa semelhança nas curvas de distribuição das famílias nas faixas de renda consideradas. O município de Palhoça apresenta, contudo, uma curva de distribuição em faixas levemente inferiores às dos demais. Neste contexto, o município de São José é o que apresenta a maior renda média e o de Palhoça, a menor.
- Ainda com relação à renda média, observa-se que há uma tendência de queda nos quatro municípios quando se compara a remuneração percebida pela população total cadastrada⁶ com aquela auferida apenas pela população de migrantes rurais. Da mesma forma, a renda média das famílias que deixaram o campo nos últimos dez anos é menor que a do total de famílias oriundas do meio rural, independentemente da época de saída. Atribui-se esta diferença, à primeira vista, à maior ou menor qualificação da mão-de-obra entre os três segmentos considerados.
- O item “*idade do chefe de família*” revela que há uma relativa concentração (ao redor de 50%) na faixa etária entre 21 e 40 anos, fato que indica a existência de um capital humano relativamente jovem nas comunidades carentes da região.
- Tratando-se de famílias migrantes que ganham, em média, dois salários mínimos, os dados da pesquisa relacionados aos aspectos moradia e educação chamam a atenção positivamente, já que além de 82% das famílias pesquisadas indicarem morar em casa própria, cerca de 85% delas declararam que os filhos entre 6 e 14 anos freqüentam regularmente a escola.
- O exame dos dados referentes à ocupação do chefe de família leva a concluir que o nível de desemprego nestas comunidades (sem opção, inclusive, para trabalhos eventuais) apresenta um percentual consideravelmente baixo, não indo além de 3,2%, em média, na região.

⁶ Inclui migrantes rurais e urbanos.

- Considerando, de outra parte, o interesse dos ex-agricultores em retornar à atividade rural, conclui-se que chega a 42%, em média, o percentual de famílias de ex-agricultores da região que declaram ter pelo menos um de seus membros com a intenção de retornar ao meio rural.
- Entre os incentivos apontados como determinantes para o retorno, os relacionados com a segurança econômico-financeira e o bem-estar são os que ocupam a preferência dos entrevistados. Neste sentido, observa-se que aproximadamente 53% dos migrantes da região apontam os aspectos “*dispor de uma área de terra própria*”, “*ter a garantia de uma renda mínima*” e “*possuir casa própria na propriedade*” como os incentivos que mais influiriam na decisão de retornar.

6.5 Recomendações gerais

Tendo como referência os resultados e as conclusões da pesquisa, propõem-se algumas recomendações, aqui distribuídas de acordo com o público a ser eventualmente beneficiado.

6.5.1 Para os agricultores em processo de exclusão

- Ao se implementar políticas e ações que tenham por objetivo amenizar o problema do êxodo rural no estado, recomenda-se que as regiões Planalto de Lages e Oeste Catarinense sejam consideradas prioritárias, tendo em vista seu elevado nível de participação no processo de migração, conforme evidenciam os dados do presente estudo.
- Entre os fatores que contribuem para agravar o fenômeno do êxodo, estão as dificuldades de ampliação do “*emprego no meio rural*”. Propõe-se, assim, que se façam gestões para rever a legislação trabalhista, já que na sua forma atual este instrumento atua como um dos fatores que contribuem para o baixo nível de emprego no setor, além de uma relativa instabilidade, observada na pesquisa, daqueles que se encontram na condição de empregados temporários e permanentes na atividade agropecuária.

- Propõe-se que as ações voltadas ao agricultor sem terra sejam mais abrangentes, não se limitando à simples distribuição de terras, tendo em mente que, conforme evidenciado na pesquisa, possuir terra própria não é condição suficiente, por si só, para assegurar a permanência do agricultor na atividade rural. É preciso levar em conta que os aspectos renda e bem-estar social são também igualmente determinantes para a permanência do agricultor no campo, segundo declarações dos ex-agricultores consultados.
- Ao se implantar medidas governamentais em benefício das populações rurais em processo de exclusão, recomenda-se que sejam levados em consideração não só os municípios de origem destas populações, mas também os pólos regionais próximos, os quais, com frequência, de acordo com a pesquisa, representam o primeiro ponto de passagem das famílias migrantes.

6.5.2 Para as comunidades carentes pesquisadas

- No caso do desenvolvimento de estudos complementares à presente pesquisa, propõe-se que se dê especial atenção ao município de Biguaçu, particularmente no que se refere ao elevado número de ex-agricultores que, no processo de migração, declararam proceder do próprio município, valendo a mesma preocupação para o expressivo número de migrantes na condição de aposentados.
- Enfatiza-se a necessidade de se elaborar políticas públicas direcionadas aos ex-agricultores localizados nas áreas carentes da Grande Florianópolis, tendo em vista tanto o capital humano relativamente jovem existente, quanto o fato de que aproximadamente 18% destes migrantes vivem de trabalhos eventuais (14,7%) ou estão desempregados (3,2%).
- Com este propósito, recomenda-se que se desenvolva, nas áreas carentes pesquisadas, um programa de capacitação de mão-de-obra, visando a preparar o migrante para o mercado de trabalho, principalmente o proveniente do meio rural, cuja

renda média, de acordo com a pesquisa, é inferior à obtida pelo migrante urbano.

- Recomenda-se que qualquer política pública que porventura venha a ser implementada na área - e que tenha por objetivo o retorno ao campo de ex-agricultores localizados na região da Grande Florianópolis - seja precedida por estudos complementares. Visa-se, com isto, a obter mais informações sobre a aparente incoerência identificada na pesquisa. De fato, apesar das condições relativamente boas referentes aos aspectos emprego, renda, habitação e frequência à escola, 42% das famílias migrantes, em média, declararam ter pelo menos um de seus membros interessado em retornar ao meio rural.

Lista de figuras

1. Número de famílias de origem urbana e rural cadastradas e pesquisadas na região	24
2. Fluxo da migração rural-urbana na região da Grande Florianópolis	25
3. Locais de origem dos migrantes por região de acordo com o município pesquisado	26
4. Ocupação anterior do migrante, de acordo com o município e região	28
5. Principais motivos que levaram o migrante a sair do campo	31
6. Curvas de renda das famílias pesquisadas por município de acordo com as classes de renda	33
7. Renda média familiar, segundo o tipo de migrante e o tempo de saída do meio rural – Palhoça	33
8. Freqüência da idade do chefe da família por município, segundo a faixa etária	37
9. Percentual de migrantes que possuem residência própria, por município	38
10. Famílias de migrantes cujos filhos entre 6 e 14 anos freqüentam regularmente a escola, por município	39
11. Condição atual do chefe da família quanto ao emprego, por município e região	40
12. Interesse do migrante em retornar ao espaço rural, por município e região	42
13. Principais incentivos que motivariam o retorno ao meio rural, na região	44

Lista de tabelas

1. Distribuição da população residente - Santa Catarina – 1970-2000	10
2. Área, população e taxa de urbanização por município e região	22
3. Sistema de saúde nos municípios pesquisados	22

4. Áreas, microáreas e famílias participantes	23
5. Local de origem dos migrantes	26
6. Ocupação do membro da família que atuou mais tempo como agricultor	28
7. Condição de posse da terra do produtor rural	29
8. Principais motivos que levaram a abandonar a atividade agrícola	30
9. Renda familiar mensal das famílias, segundo o período de saída do meio rural	32
10. Número de membros da família que moram na residência	35
11. Número de membros da família que geram renda	35
12. Número de famílias segundo a idade do chefe, por município	36
13. Condição de moradia atual da família	37
14. Situação atual de frequência à escola dos filhos de 6 a 14 anos	39
15. Tipo de ocupação atual do chefe da família	40
16. Interesse e número de interessados em retornar ao meio rural	42
17. Principais incentivos que fariam retornar ao meio rural	43

Literatura consultada

ABRAMOVAY, R.; CAMARANO, A. A. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. Rio de Janeiro: IPEA 1998. (Texto para discussão, 621).

ALTMANN, R. et al. *Perspectivas para a agricultura familiar: horizonte 2010*. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2003. 112p.

ALVES, E. *O esvaziamento dos campos*. *Globo Rural*, v.16, n. 181, nov. 2000.

Censo Demográfico - 1970 . Rio de Janeiro: IBGE, 1973.

Censo Demográfico – 1980. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

Censo Demográfico – 1991. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

Censo Demográfico – 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

COCHRAN, W. G. *Técnicas de amostragem*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965. 555p.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO E ECONOMIA AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA. *Migração rural e estrutura agrária no Oeste Catarinense*. 2. ed. rev. e atual. Florianópolis, 2002. 84p.

MATTAR, F. N. *Pesquisa de marketing*. Edição compacta. São Paulo: Atlas, 2001. 275p.

MAZOYER, M. *Desigualdades agrícolas e alimentares no mundo: causas e conseqüências*. Conferência proferida na UFRGS. Porto Alegre, 18 jul. 2003.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. *Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional - SDR – São José – Caracterização regional*. Florianópolis, 2003. 35p.

SILVA, J.G. *O fim do êxodo rural?* *Globo Rural*, v.16, n. 186, abr. 2001.